

Contando as violências: narrativas sobre eventos violentos¹.

Tiago Nogueira Hyra Chagas Rodrigues²

RESUMO: Trata-se de uma análise de narrativas de experiência pessoal de eventos considerados violentos. É uma interpretação da forma pela qual habitantes de Florianópolis (SC) que se consideram vítimas de alguma das modalidades das violências expressam suas experiências. Busca-se analisar o significado de eventos violentos e como as pessoas vivenciam, pensam, interpretam, concedem sentido e o expressam em suas narrativas, em que se pode encontrar a expressão da identidade do sujeito narrador, assim como a formulação de contra-identidades dos sujeitos que se considera serem responsáveis pelas violências sofridas. Procura-se também entender como tais eventos e o medo associado a eles alteram o cotidiano e a sociabilidade dos indivíduos, e como os habitantes da cidade concedem significado às suas experiências das violências.

PALAVRAS-CHAVE: Violências; Antropologia; Narrativas de Experiência Pessoal.

A(s) Violência(s): discursividade e polissemia

As diversas formas de violências apenas recentemente se tornaram objeto de análise científica. Tratava-se delas antes como um problema social. Além disto, as violências se tornaram ícones da modernidade racionalista, segundo a qual a humanidade deveria caminhar em direção à resolução não violenta dos conflitos, como constata Rifiotis (1997). Por esse motivo, a maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre essa temática se baseia num discurso de indignação: aponta-se que “a violência vem crescendo”, que ela deve ser purgada da sociedade, que as violências são contraditórias à existência social, que são um mal que deve ser remediado a todo custo. Para Rifiotis (1999), as violências sempre aparecem nos discursos tendo como principais características a negatividade, a exterioridade e a homogeneização.

Quanto à negatividade, as violências são sempre moralmente condenáveis, e é a negada sua existência numa vida social harmoniosa, é negada sua pertinência em qualquer situação, é negada como ato – nega-se ‘a violência’ como componente do social; quanto à exterioridade, sempre é o outro que aparece como violento, tende-se a sempre culpar o outro, e inocentar a si ou a seu grupo – mesmo se autor do ato, tenta-se culpabilizar a vítima; a terceira característica seria a homogeneização, isto é, retiram-se as características específicas dos atos violentos e os trata como se fossem um fenômeno único – uma multidão de atos e ações cai assim na categoria de “violência”.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Parte desta visão essencialmente negativa das violências se deve ao fato de que estas, antes de serem um objeto analítico, conforme mencionado, já eram um problema social: não havia um conjunto teórico para pensá-las, e quando se tornam um objeto de apreciação científica, vêm eivadas pela percepção social, pelo senso comum, por valores, juízos, julgamentos e indignação (Rifiotis, 1999). O ato violento em geral é revoltante e sempre moralmente condenável. Nesta linha de pensamento, talvez seja exatamente isso que o defina. Podemos identificar a esta modalidade de reflexão acadêmica das violências como sendo um discurso “contra” as violências (Rifiotis, 1999).

Pode-se identificar também um discurso “das” violências, em que estas aparecem como linguagem, como forma de comunicação, corrente que pode ser representada nas ciências humanas por autores como Georg Simmel e Michel Maffesoli. Para este último (1987), as violências têm paralelo com a linguagem: elas expressam oposições, delimitam posicionamentos, contraste de opiniões, contrariedades, são formas de comunicação. Para estes autores, as lutas, os conflitos aparecem como motores do dinamismo e da coesão social: as violências seriam então uma recusa à atomização, à separação.

Por outro viés, que podemos chamar de discurso “sobre” as violências, há a necessidade de um discurso analítico, exigindo um distanciamento crítico em relação aos valores e juízos que muitas vezes guiam os pesquisadores sem que eles se apercebam disso (Rifiotis, 1999). Neste discurso analítico, deve-se perceber a pluralidade dos fenômenos que caem dentro do rótulo de “violência”. Por este ponto de vista, é mais adequado falar de *violências*: violência urbana, rural, simbólica, cognitiva, física, instrumental, subjetiva, policial, intrafamiliar, doméstica, de gênero, esportiva, grupal, de massa, militar, bélica, entre muitas outras. Assim, neste trabalho, será abandonado o uso do termo “violência”, no singular, em favor de “violências”, numa tentativa de deixar marcada a multiplicidade de fenômenos envolvidos no conceito.

Há, no entanto, muitos outros tipos de violências, como veremos mais adiante. Por ora, interessa apenas demonstrar o alargamento que a concepção das violências vêm sofrendo nos últimos tempos. Para Rifiotis (1999), essa expansão do campo semântico das violências é uma das causas do aumento da apreensão social em relação a elas: muitas formas diferentes de ação caem dentro de tal campo semântico, outras vão sendo gradualmente incorporadas, fazendo com que se tenha uma percepção de que estamos diante de um inexorável aumento das violências – é o chamado crescimento do fantasma das violências, que paira sobre a sociedade (parece que as violências estão crescendo, quando na verdade o que cresce é a visibilidade dos fenômenos associados a elas).

As violências aparecem então como determinação simbólica do significante: as violências não têm um significado em si, são uma objetivação; “a violência” é um significante sempre aberto para múltiplos e novos significados, e não uma invariante, um objeto natural. A “violência” se tornou um significante sem significado, ou com significado em aberto (Rifiotis, 1997). As violências são polissêmicas e polifônicas. Muitas vezes, quando se fala de violências, parece que não é necessário defini-las, que o seu significado está implícito, que todos sabem o que significa; quando, na verdade, não há uma teoria geral das violências.

Dado que “a violência” é um significante aberto a múltiplos significados (Rifiotis, 1997, 1999), procurei analisar narrativas, falas, discursos e experiências sociais concretas de pessoas envolvidas em eventos considerados violentos, procurando ver quais sentidos e significados concedem a esse significante, cada qual com sua particularidade, com sua história específica, seu contexto social³. Procurou-se ver o que a experiência das violências produz: o que gera, de que forma altera o cotidiano dos envolvidos, como isso é expresso, que reordenamentos sociais e que identidades são formadas e alteradas em função dela, que práticas surgem a partir do medo das violências e criminalidade, e quais são os significados atribuídos a estes conceitos (Rodrigues, 2006).

Se pensarmos neste sentido das mudanças e transformações causadas pelas violências, podemos dizer que há uma *positividade* nos fenômenos violentos ou conflituosos (sobre a positividade do conflito, ver Simmel, 1964; sobre a positividade das violências, Rifiotis, 1997, 1999). Não devemos entender essa positividade como o contrário da negatividade (pois as violências continuam sempre moralmente condenáveis), mas sim no sentido de *produtividade*. O ato violento, seja por seus efeitos, seja pela indignação que acarreta, gera reações, reordenamentos sociais. A “violência”, o conflito, são estruturantes sociais: formam grupos, partidos, instituem identidades, rompem outras – ser contra algo (um ato violento) é se unir a uns em oposição a outros. Para Rifiotis (1997), as violências podem ser pensadas como elementos instauradores de identidades locais (étnicas, culturais, etc.), e da construção de subjetividades através dos processos de socialização. Num plano mais individual e subjetivo, a experiência das violências produz sofrimento, sentimentos de perda, produzem alterações na vida das pessoas, na forma como se vêem e como encaram a vida, causam doenças psicossomáticas, traumas físicos e psicológicos. Geram o medo, a desconfiança, a evitação, a indignação, o isolamento, a depressão, a tristeza, a dor. Reordenam o cotidiano, criam novas identidades e afinidades.

³ O que agora se apresenta é um estudo de narrativas sobre “vitimização”. Nesta pesquisa, todos os entrevistados se definiram como vítimas de alguma forma de “violência”, ou seja, como vitimizados, mesmo que a “violência” sofrida não tenha sido qualificada propriamente como um crime, ou denunciada. Utilizo aqui a concepção corrente de “vítima”, que emprego como categoria de auto-identificação dos entrevistados, e não na concepção jurídico-criminal, em que só se é vítima quando o evento se caracterizar como crime.

As violências são, portanto, formas de relação, de sociabilidade, de interação humanas, onde um lado exerce poder ou coerção sobre o outro, em geral contra a vontade dele. Percebe-se o quão amplas são estas definições. Faz-se portanto necessária uma mais aprofundada apreciação dos significados de “violência” para as pessoas que se sentem como vítimas de alguma das violências, qualquer uma delas, que a viveram, de forma a contribuir para posteriores reflexões mais gerais sobre o tema. Conforme afirma Wieviorka (1997), em nossa época assistimos a uma profunda mudança nas formas de manifestação, percepção e abordagem dos fenômenos violentos. Para ele, “...mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades” (p.5). Seguindo esta afirmação, este trabalho se foca exatamente nas discontinuidades, nas diferentes concepções e percepções do que são as violências em suas diferentes formas, ao invés de se focar exclusivamente em uma única de suas manifestações. Rapport (1987) afirma que as violências não podem ser concebidas como coisas em si mesmas, um tipo ideal de ato, uma definição ampla de condição social, uma significativa categoria sociológica de comportamento que pode ser diretamente investigada. As violências devem ser vistas, como todo comportamento, a partir de seu contexto social, como engendradas pela interação social, e definidas em termos de todas as complexidades de situações particulares.

Desta forma, deve ficar claro que o objetivo aqui não é produzir uma teoria geral das violências a partir das definições e vivências dos entrevistados. As violências não são redutíveis a um princípio universal de comportamento humano, ou a processos cognitivos generalizados. As pessoas freqüentemente constroem explicações gerais das violências para prover um esqueleto de referência para suas vidas. Estes arcabouços culturais de entendimento devem ser um objeto legítimo de estudo etnográfico (como o são aqui), mas estes modelos locais não devem ser confundidos com teorias ou explicações universais das violências.

Num país onde a preocupação com violência, segurança e criminalidade é uma importante arena de debates, inclusive orçamentários e de políticas públicas, é necessário delimitarmos, na medida do possível, essa grande área das violências com referência ao que os principais interessados pensam, vivem e expressam sobre ela. Como as pessoas interpretam as violências? Qual seu significado vivencial para os habitantes de Florianópolis? Que atos e atitudes reconhecem como violentos? Como isso altera sua sociabilidade?

As narrativas de experiência pessoal

Mas como analisar o impacto vivencial das violências para seus protagonistas e vítimas? Alguns parágrafos acima foi mencionada a idéia da produtividade das violências.

Esta produtividade é melhor percebida através da análise de eventos violentos: são estes que são vividos pelas pessoas, são eles que alteram o cotidiano, mudam comportamentos, reordenam vidas. Para analisar estes eventos, a metodologia escolhida foi a de análise de narrativas de experiência pessoal. A escolha desta metodologia se deve ao potencial desta para a análise de processos e dramas sociais (cf. Turner, 1981), entre os quais podem ser incluídas a experiência das violências e suas conseqüências. Essa metodologia tem uma longa história nas ciências humanas. As narrativas têm sido largamente utilizadas, em diferentes áreas do conhecimento (como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, e até na área da Saúde) para compreender as formas pelas quais as pessoas interpretam os eventos que vivem e a si mesmas. Elas são um meio essencial de dar sentido à experiência: ao narrar, reorganiza-se essa experiência, ordenando eventos de outra forma desconexos. As narrativas também constituem uma interface entre o si (o *self*), e a sociedade, tornando-se um recurso para a socialização de emoções, atitudes e identidades.

Na análise das narrativas, procura-se perceber, através do seqüenciamento e organização causal-temporal dos eventos narrados, a interpretação dos narradores acerca de como tais eventos vieram a ter lugar, por que ocorreram, e a forma pela qual eles afetaram a vida dos narradores. Nesse sentido, as narrativas são um precioso instrumento para a análise de processos sociais, além de conterem uma importante dimensão de moralidade e embasamento na tradição do grupo. Os narradores dão sua versão, seu ponto de vista, sobre como os eventos aconteceram como aconteceram. Tais versões são individuais, mas também embasadas em uma visão coletiva, do grupo.

Definições precisas de narrativa pessoal são objeto de debate acadêmico, mas para nosso propósito aqui digamos que se refere à fala organizada em torno de eventos conseqüentes. O contador numa conversação leva o ouvinte até um tempo passado, ou “mundo”, e recapitula o que aconteceu então para marcar um ponto, marcadamente moral. Em entrevistas qualitativas, tipicamente, a maior parte da fala não é narrativa, mas trocas de “pergunta e resposta”, argumentos, e outras formas de discurso. Os entrevistados narrativizam experiências particulares de suas vidas, freqüentemente onde houve uma brecha entre o real e o ideal, *self* e sociedade.

A análise de narrativas – e não há apenas um método aqui – tem a ver com “*como protagonistas interpretam coisas*” (Bruner, 1990, p.51) e nós podemos interpretar sistematicamente as interpretações deles. Porque a abordagem dá proeminência para agência humana e interpretação, é adequada para estudos de subjetividade e identidade. Contando a experiência, também se cria um *self* (a forma pela qual se quer que os ouvintes o conheçam). A narrativa é inevitavelmente uma representação do *self*, de si mesmo (Goffman, 1959). As

narrativas são uma forma privilegiada que os atores sociais possuem de dar vazão a seus sentimentos, emoções, identidades, representações do *self* e uma alternativa para compreender retrospectivamente eventos que alteraram suas trajetórias de vida. São momentos de reflexividade, onde os narradores procuram organizar suas experiências de forma a incuti-las com uma lógica interna, de causalidade.

As narrativas simultaneamente nascem da experiência e dão forma a essa experiência. Nesse sentido, a narrativa e o *self* são inseparáveis (Ochs & Capps, s/d, p.20). Não são apenas representações da realidade. Elas moldam a forma pela qual nós entendemos e nos sentimos sobre eventos, a maneira como os interpretamos. Para Renato Rosaldo (1993), as narrativas freqüentemente moldam, mais do que simplesmente refletem, a ação e conduta humana, pois incorporam motivos, sentimentos, aspirações, intenções e objetivos. Uma vez atuadas, “fazem” eventos e “fazem” história, contribuindo para a realidade dos participantes.

Para Michel de Certeau (1984), as narrativas antecedem as práticas sociais no sentido de abrirem um campo para elas. Para estes autores, portanto, as narrativas são também estruturantes das formas de pensar e agir dos homens em sociedade. Nos discursos, nas narrativas, se demonstram e se formam opiniões, percepções são moldadas. A fala, o discurso, não são apenas expressivos, mas produtivos.

Narrativas são versões da realidade, e evocam certas memórias, preocupações e expectativas. Implicam uma seleção, por parte do narrador, do que considera significativo no evento que está relatando, com o objetivo de marcar seu ponto de vista, freqüentemente um moral. Implicam também uma dimensão de temporalidade: narrativas descrevem uma transição temporal de um “estado de coisas” a outro (Ricoeur, 1994). Predominantemente, narrativas de experiências pessoais se focam em eventos passados, isto é, são sobre “o que aconteceu”. Esse ato de lembrar, selecionar e contar eventos passados é intrinsecamente ligado com os sentimentos e preocupações com o presente e com o futuro: freqüentemente são contadas em razão de queixas, apreensões e conflitos presentes.

Para Bruner (1990), uma forma primária de indivíduos darem sentido e compreenderem uma experiência é dispô-la na forma narrativa. Isso é especialmente verdadeiro em transições difíceis e traumas, como é o caso das experiências das violências. Narradores criam tramas a partir de experiências desordenadas, dão à realidade uma unidade que nem a natureza nem o passado possuem tão claramente. Em contraste com o pensamento paradigmático, que enfatiza a categorização formal, o pensamento narrativo enfatiza a estruturação dos eventos em termos de um cálculo humano de ações, pensamentos e sentimentos. Ao recontar suas histórias, narradores constroem uma dupla “paisagem”, uma da ação e outra da consciência (Bruner, 1986). A da ação foca no que o protagonista faz numa

dada circunstância; a da consciência foca no que o protagonista acredita, interpreta e sente. Ele forja uma teoria sobre o evento: os narradores tentam identificar problemas, como e por que eles emergem, e o impacto deles no futuro. Avaliam eventos específicos em termos de normas, expectativas e potencialidades sociais: idéias comunais do que é racional e moral, bom e valioso num determinado momento, numa dada situação.

Narrativas enfatizam a reflexividade, a inteligibilidade retrospectiva, pois mostram como eventos passados foram condicionados, facilitados ou ocasionados por eventos anteriores. Para Victor Turner (1981, p.152), o significado surge na memória, na cognição do passado, e é relacionado com o ajustamento entre passado e presente; o significado sempre envolve retrospectão e reflexividade, passado e história. E a reflexividade é o que articula a experiência: o significado desta é compreendido pelo re-exame de um processo temporal.

Para Rosenwald e Ochberg (1992), como os indivíduos recontam suas histórias – o que enfatizam e omitem, sua postura como protagonistas ou vítimas, a relação que a história estabelece entre contador e audiência – tudo isso molda o que os indivíduos podem clamar, reivindicar de suas próprias vidas. Histórias pessoais não são apenas um meio de contar a alguém sobre a vida de outro, ou de si mesmo; são o meio pelo qual identidades são modeladas.

Assim, contar para o pesquisador sobre sua experiência das violências é se colocar como um sujeito, que ocupa certo lugar social, certa postura frente à situação. Pode-se dizer que o medo e os discursos sobre as violências e criminalidade produzem não só interpretações e explicações, mas também organizam sistemas freqüentemente estereotipados e simplistas de pensamento e percepção do mundo, moldando o cenário para a configuração das interações sociais, organizando estratégias cotidianas de proteção e reação às violências. Os discursos sobre os crimes e as violências tentam estabelecer ordem num universo que parece caótico e sem sentido, muitas vezes elaborando preconceitos, tentando eliminar ambigüidades, muitas vezes se baseando em concepções simplistas e reducionistas, como oposições bem/mal, elaborando categorias de criminoso, de “classes perigosas”, que implicam um tipo de conhecimento e um desconhecimento, este inerente à organização simbólica do mundo (Caldeira, 2000).

Moldam-se assim identidades (individuais e de grupo) bem definidas e delimitadas, e fronteiras simbólicas bem demarcadas (incluindo o que aparece como “bom, puro e civilizado” e excluindo o que aparece com “impuro, selvagem, imoral, mau, um perigo para a sociedade”) onde está implícita uma idéia de contaminação do corpo social por indivíduos e grupos considerados impuros por sua categorização ambígua ou por seus atos que confundem o esquema geral do mundo elaborado pelo grupo dominante (Douglas, 1976). Para esta

autora, são as tentativas de instauração da ordem no mundo que criam a desordem: eliminar a desordem é um esforço positivo para organizar o ambiente, ao menos cognitivamente. Separar, demarcar, purificar, punir transgressões têm para Douglas a função de impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. E essa construção da ordem no ambiente motiva a indignação, a evitação, a intolerância, ao falar sobre o que está fora dela. É o que ocorre com as violências: quando se fala sobre elas, a expressão é inevitavelmente carregada de indignação, pois sempre se tenta excluí-la, colocá-la para fora da ordem, do social, da humanidade

Para a interpretação, focarei a atenção principalmente no que Ochs e Capps (2001) chamam de “*moral stance*”, ou posicionamento moral do narrador, em que ele avalia os eventos segundo o que julga bom, valioso, correto, assim revelando seus sentimentos, concepções de certo e errado, exibindo, enfim, seu discernimento sobre o evento e sobre o “estado de coisas” da sociedade. É aqui que se pode encontrar a interpretação, os valores e julgamentos que o narrador faz da experiência vivida. Privilegio não o evento narrado, mas a interpretação dos protagonistas, o interesse é ver como eles *contam* as violências, como refletem e reordenam a experiência, de modo a se posicionarem como vítimas. É bom lembrar que a interpretação deste trabalho é apenas uma leitura possível das narrativas apresentadas, e não a única, a “verdadeira”, ou a mais correta. As narrativas exigem interpretação, e cada leitor as lê de um ponto de vista diferente.

Tais abordagens foram aplicadas à análise das narrativas sobre as violências em Florianópolis, e espera-se que possam fornecer uma chave para a compreensão de como seus cidadãos interpretam, conceituam e avaliam eventos considerados violentos e que tiveram impacto em suas histórias de vida. Busca-se assim ter um melhor entendimento dos fenômenos das violências em Florianópolis e, desta maneira, contribuir para um avanço da compreensão da percepção e interpretação dos eventos violentos em geral, assim como de sua influência na trajetória de vida das pessoas que são por eles atingidas.

Contando as violências

Com relação às narrativas de experiências pessoais de eventos violentos coletadas, deve-se atentar para o fato de que cada uma possui sua particularidade, seu contexto, seu sujeito narrador, mas entre elas pode-se perceber o compartilhamento de sentido e significados. Apesar de terem sido recolhidas quase vinte narrativas, apenas dez narradores autorizaram sem reservas que suas histórias fossem utilizadas na pesquisa. É impossível reproduzir aqui todas as narrativas, ou mesmo uma delas na íntegra, pois são bastante extensas, consistindo em mais de uma hora de entrevista cada uma. Desta forma, e correndo o

risco de perder todo o “sabor” que só a voz em primeira pessoa pode dar, resumo e parafraseio meus informantes, unicamente por economia textual.

- Violências na Família: Joana e Janayna⁴

Para estas duas mulheres, o que marca é a o fato de serem “violências em casa” (a primeira, uma senhora de 67 anos que era constantemente agredida pelo neto; e a segunda, uma bela mulher de seus 37 anos, que era obrigada a se prostituir pelo marido), e a judicialização dos conflitos domésticos (ambas procuraram a Delegacia da Mulher de Florianópolis, e o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Crime – CEVIC), que é tendência à utilização do sistema de justiça como recurso social de curto prazo para diminuir a violência doméstica (Rifiotis, 2004): este processo, porém, tem o inconveniente de traduzir o conflito intra-doméstico, e portanto privado, numa polarização “vítima-agressor”, ou “vítima-réu”, ou seja, torna a relação privada conflituosa uma relação pública de hostilidade, o que muitas vezes não vai de encontro às expectativas das pessoas que procuram estes serviços⁵. Em geral, como Dona Joanna, estas pessoas muitas vezes querem apenas que a delegada, ou o policial, ou outra instituição, chame o agressor para conversar, lhe dar um conselho, um susto, muitas vezes entravando o trabalho público de apuração de denúncias destas instituições com demandas de ordem privada. Assim a ação policial nos casos de “violência” intrafamiliar é uma mediação social (pública) no interior de relações sociais privadas. Além disto, as duas têm em comum a desqualificação da conduta moral dos agressores (sustentados por elas, bêbados, não trabalham) e do papel ideal deles como provedores, respeitadores, pacíficos, num exemplo do que Ochs & Capps (2001) denominam “*moral stance*”.

A culpabilização da bebida alcoólica pela agressividade dos homens também é comum às duas: para ambas, o álcool causa a falta de autocontrole, que leva às violências. Aliás, a definição das violências pela falta perpassa todas as narrativas: as violências seriam derivadas da falta de autocontrole (agravado pelo uso de álcool e drogas), falta de amor, falta de carinho, falta de relação, falta de estrutura familiar, falta de educação, falta de comunicação, falta de diálogo, falta de interpretabilidade, falta de condições de vida dignas, falta de trabalho, falta de emprego, falta de oportunidades, falta de igualdade, falta de direito, falta de governo, como diz Gilberto Velho, falta de maior campo de possibilidades. Falta segurança pública, e falta punição.

- Disputas Territoriais Simbólicas: André

André se envolveu no que podemos chamar de uma “*vendetta*” entre estabelecidos e *outsiders* (Elias & Scotson, 2000). Ele, paulista, analista de sistemas, se envolveu com uma

⁴ Todos os nomes são fictícios.

⁵ Note-se que os fatos narrados são anteriores à vigência da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

moça moradora de um dos morros de Florianópolis. Logo, começou a ser provocado pelos nativos da região, os manezinhos, que o identificavam como “haole” (termo de origem havaiana, incorporado ao vocabulário dos jovens através da prática do surfe, e que designa “os de fora”, em oposição aos “Da Hui”, nativos, do local). Primeiro, brigou com um vizinho. Houve confronto físico, e quando este tendia para a vitória de André, um amigo do outro “entrou na briga”, lhe dando uma pedrada na cabeça. A briga foi separada neste mesmo momento, mas alguns dias depois, André reencontrou o rapaz da pedrada, seu sentido de honra falou mais alto, e foi tirar satisfações, o que levou a mais uma briga: enquanto perseguia seu agressor, André também estava sendo perseguido por mais de dez amigos daquele, segundo ele: “*todos nativos, manezinhos*”, dos quais acabou levando uma surra – após tentar fugir, recebeu uma “rasteira”, caiu, e levou vários chutes nas costas, membros, abdômen e cabeça.

André demorou a entender o motivo de tantas animosidades contra ele, alega nunca ter provocado ninguém, e ter tentado várias vezes conversar e chegar a um entendimento – faltava para ele a compreensibilidade dos eventos. Mas durante a narrativa, pela própria forma como a estruturou (como sendo um embate entre ele, recém-chegado, *outsider*, de fora, paulista, “haole”, e os seus oponentes, nativos, manezinhos, locais, “da hui”), André acabou percebendo porque a ele o direito ao diálogo foi negado. Como estrangeiro (para lembrarmos de Simmel, 1983), visto como invasor, a única possibilidade de comunicação com ele foi a utilização das violências como linguagem para indicar a não-relação, o diálogo impossível. Por outro lado, seu episódio demonstra a formação e defesa de identidades coletivas baseadas na territorialidade e defendidas com agressividades e violências.

- Ameaças são Violências? Dona Marta.

Já a experiência de Marta foi diferente: líder comunitária e religiosa em uma das favelas de Florianópolis, todo ano fazia uma festa beneficente para angariar fundos para a construção de uma Igreja. Num ano, porém, “eles”, “os caras” mandaram, ainda durante a festa, avisar que ela devia juntar o dinheiro, pois quando a festa acabasse passariam lá para buscá-lo. (Note-se que o “eles”, “os caras”, no caso, designa supostos “ladrões” – interessante notar com ela evita identificá-los, caracterizá-los). A polícia foi chamada, fingiram mandar o dinheiro com a polícia, mas o mandaram com outra pessoa para um local seguro. A festa acabou, todos foram para suas casas, Marta se preparava para dormir. Mas, durante a noite, ela ouviu batidas à sua porta, assobios, palmas... Ela olhou pela janela e viu um grupo de rapazes perto de sua porta, outro grupo um pouco mais distante, embaixo de uma árvore. Pensou consigo mesma (pois estava sozinha em casa): “Isso não está legal...”. Ligou para os vizinhos, ligou para a polícia, ninguém aparecia, os rapazes chamando, batendo

palmas... Marta conta que começou a ficar desesperada, tremer da cabeça aos pés, não conseguia se manter de pé, caiu no chão e só conseguia chorar. Este foi o evento violento que Marta sofreu. Ninguém encostou nela, não invadiram sua casa, nem a ameaçaram. Só ficaram chamando à sua porta. Mas: *“eu sabia que era pra roubar, né, claro, como é que ia chegar assim na porta de noite um monte de gente...A gente já vê quando é uma pessoa que quer conversar com a gente. Já chama pelo nome e diz o que quer. Agora, ali, no dia, não. Só batiam palmas e não me chamavam...”*.

Ou seja, o medo dela deriva de sua interpretação das intenções dos meninos, supostamente violentas – um monte de gente, à noite – o escuro e as multidões são razões clássicas para o despertar do medo. Além disso, Marta compartilha com outros que vivem a mesma realidade que ela, a mesma cultura, uma expectativa comportamento dos outros, uma padronização básica do que é um amigo lhe chamando na porta de casa: a pessoa a chama pelo nome, diz quem é e o que quer. Mas não era este o caso: na ocasião, só batiam palmas e não chamavam-na pelo nome, e podemos acrescentar, nem diziam o que desejavam. Mas não era preciso, ela já sabia. E, percebendo mudanças no padrão esperado, vendo que era uma situação fora da normalidade, foi dominada pelo medo e pela ansiedade, típicas reações frente a uma situação que não se encaixa nos padrões, principalmente quando possivelmente violenta. E assim, Marta se considera uma vítima das violências, mesmo sem ter sido ameaçada, alvejada, agredida. Teve como conseqüências traumas físicos e psicológicos (dores na coluna, depressão, isolamento, medo, angústia, vontade de fugir, perdeu o emprego...), revelando que sua compreensão das violências vai mais além da simples agressão física ou verbal. Para quem não vive a mesma realidade que ela, é difícil compreender por que rapazes chamando à sua porta seria uma violência... mas ainda assim, ela sofreu, e se considera uma vítima das violências.

- A Dor da Perda – mães de jovens assassinados: Mirtes e Vera

Duas das narrativas coletadas foram de duas senhoras, ambas mães de jovens assassinados em Florianópolis: Vera e Mirtes. O filho de Mirtes se envolveu cedo com as drogas (o que ela considera sua culpa, pois trabalhava o dia todo e não tinha como controlar os filhos: é o famoso discurso da “família desestruturada”, que levaria os jovens para as drogas e para o crime – na verdade, estudos antropológicos contemporâneos afirmam que não existe “família desestruturada”: o que existe são novas e diferentes configuração de família, notadamente nas classes populares), e foi assassinado à tiros em frente à escola do bairro, pois devia dinheiro ao narcotráfico. Mirtes reclama da falta de opções para o tratamento de jovens envolvidos com drogas, critica o descaso dos governantes, e a falta de emprego e,

principalmente, de educação de qualidade, o que manteria os jovens afastados da criminalidade e das violências.

O caso de Vera é diferente: seu filho trabalhava (na Secretaria de Segurança Pública, no setor de fotocópias), estudava (fazia cursinho, queria ser veterinário), e estava ajudando a construir uma escada na casa da tia quando recebeu um chamado: um garoto de 13 anos da comunidade havia desaparecido, e a mãe, preocupada, chamou alguns conhecidos (entre eles o filho de Vera) para saber se tinham notícias do rapaz, e para dizer que, se o vissem, o mandassem para casa. Assim, o filho de Vera e mais três rapazes se dirigiam para a casa da mãe do rapaz, localizada no morro vizinho, quando encontraram com uma turma de rapazes (armados) deste outro morro. Os quatro foram metralhados com mais de cem projéteis de armas de vários calibres: escopetas, metralhadoras, pistolas, fuzis... Foram chacinados em plena luz do dia, a 200 metros da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de um batalhão da Polícia Militar, do Hospital do Exército, bem no centro de Florianópolis. O filho de Vera foi o primeiro a morrer. Segundo ela, os assassinos de seu filho já haviam matado o jovem de 13 anos, e para evitar a vingança, chacinaram os quatro rapazes.

Como se tudo isto já não fosse triste o suficiente, qual a surpresa de Vera ao abrir os jornais do dia seguinte: “Guerra do tráfico deixa mais quatro mortos”, “Barbárie entre traficantes em morro da Capital”, etc. Este tipo de veiculação, segundo Vera, doeu mais em seu coração de mãe que ver seu filho morto no necrotério: *“Eu fui até as redações dos jornais e fiz escândalo! Eu disse: quantos quilos de droga vocês acharam com meu filho? Quantas armas vocês acharam com ele? Quantas pessoas vocês viram ele matando? Eles estavam desarmados e foram chacinados, e ainda foram tachados de traficantes?!? Isso é um absurdo!”*. Porém, o máximo que Vera conseguiu com isso foi uma notinha de três linhas, mais de um mês depois do ocorrido, dizendo que o jornal havia se enganado: um “jovem” havia sido morto, não um traficante...

Vera, que é militante do movimento negro, militante feminista, se tornou ainda mais crítica e mais fervorosa em sua luta por direitos e por dignidade. Ela diz que a morte de seu filho foi apenas mais um exemplo da guetificação, da exclusão social e da criminalização da pobreza, e também do racismo escondido que, segundo ela, predomina no Brasil. Para ela, o fato dos quatro rapazes, negros, pobres, moradores do morro, terem sido mortos à bala, é prontamente identificado com o tráfico de drogas, e ninguém questiona isso. É aceito, e digerido com facilidade...que outra explicação poderia haver para um crime como este? E mais: quem gostaria, quem se interessaria em ouvir outra, em sequer procurar por outra? Os fatos eram por demais condizentes com o discurso que localiza as violências e a criminalidade

na pobreza e nas favelas para que alguém se dignasse a procurar outra explicação... qualquer que fosse.

Considerações Finais:

Esta apresentação teve como objeto as formas pelas quais os sujeitos narradores expressam suas experiências de eventos violentos, e pretendeu demonstrar a multiplicidade de ações, valores e representações que recaem dentro do significante “violência”. Procurou-se identificar as formas de expressão compartilhadas destes eventos, assim como a compreensão que as pessoas vivenciaram estas experiências têm deles: para tanto, as narrativas de experiência pessoal se constituem numa “janela” privilegiada para a análise dos significados que os sujeitos de pesquisa imputam as suas experiências. Como vimos na discussão metodológica das narrativas, estas são instrumentos muito úteis para a análise de processos e dramas sociais (Turner, 1981). Ajudam a compreender as formas pelas quais as pessoas interpretam os eventos que vivem e a si mesmas. Elas são um meio essencial de dar sentido à experiência: ao narrar, reorganiza-se essa experiência, ordenando eventos de outra forma desconexos. Não são apenas representações da realidade: elas moldam a forma pela qual nós entendemos e nos sentimos sobre eventos, a maneira como os interpretamos. Os narradores avaliam eventos específicos em termos de normas, expectativas e potencialidades sociais: idéias comuns do que é racional e moral, bom e valioso num determinado momento, numa dada situação. Procurou-se aqui mostrar os distanciamentos e aproximações entre as perspectivas dos entrevistados, de forma a, partindo de vivências singulares e particulares das violências, expor a maneira pela qual se articulam a experiência e o sujeito que emerge quando da expressão desta experiência. Podemos perceber, nas narrativas, os próprios narradores surgindo como sujeitos, portadores de moral, de interesses, valores, julgamentos, emoções, sentimentos.

Vale ressaltar a complexidade do campo teórico do estudo das violências: este campo abrange inúmeros fenômenos, atitudes, conflitos, relações, julgamentos morais, agressões, ameaças, formas diferentes de perpetrar as violências. Aqui não há como dar conta de tal complexidade, e tampouco foi esta a intenção: trata-se apenas de um inventário da multiplicidade possível quando se tenta pesquisar as violências. Assim, procura somente apresentar interpretações possíveis de vivências reais, e mostrar algumas de suas consequências.

Existe uma dificuldade em conceituar as violências teoricamente; os sujeitos de pesquisa expressam também esta dificuldade, e constroem várias teorias “nativas”, próximas da experiência, e cada entrevistado exhibe a sua, a maioria permeada de indignação; mas sabe-se muito bem as soluções: educação, emprego, saúde, distribuição de renda, habitação

decente, urbanização, vida digna, investimento social dos governantes, a luta contra a corrupção e impunidade, o fim da apatia e inércia que mantém o *status quo*. Isto é correlato do que discutimos acerca do fato do significante “violência” apresentar um campo semântico em constante expansão (Rifiotis, 1999). Vários significados são incorporados pelos sujeitos a esse significante, de tal forma que praticamente qualquer problema social pode ser relacionado a ele.

Pesquisar sobre as violências traz muitas dificuldades, pois se trata de um tema que envolve dor, sofrimento, negação: as pessoas não comparecem às entrevistas, evitam o assunto, despistam o pesquisador, dias e dias se passam sem nada a acrescentar. É difícil encontrar uma “janela aberta” por onde o pesquisador possa observar o que acontece na vida das pessoas que sofreram com as violências. Isso se deve ao fato do tema das violências estar sempre ligado, no imaginário social, ao medo, à negação, ao sofrimento, à exterioridade, à indignação, ao risco, ao perigo, à dor, à morte. Por isso os despistes, a evitação têm grande significação aqui: representam formas culturalmente partilhadas de percepção social sobre o tema.

Porém, como dito acima, a análise das narrativas de experiência pessoal permitiu uma abordagem do tema que não replicasse o discurso. Tentou-se demonstrar as diferentes formas pelas quais, através de suas narrativas, os sujeitos expressaram os eventos violentos que sofreram, e como, nesse ato de narrar, acabaram reconstruindo, reordenando suas experiências de forma narrativa, numa espécie de catarse. Para atingir esse objetivo, recontaram os eventos, e ao fazê-lo, construíram identidades, e as contra-identidades dos que os ameaçaram ou agrediram, freqüentemente caracterizando-os com estereótipos, como monstruosos, “de fora”, drogados, briguentos, etc.; e desta reconstrução pudemos ver emergir um sujeito social, com críticas, indignação, medo, preconceitos. Esse sujeito que emerge das narrativas coletadas, em geral, atribui relações causais para as violências sofridas: a exterioridade do “Outro”, a inércia da sociedade, a guetificação, o preconceito racial e social, as drogas, a exclusão, a precariedade das instituições de ordem, entre outras, e criticando os que consideram responsáveis por seu sofrimento. Tais críticas têm caráter reivindicativo, e mesmo político, mas também se ligam a concepções morais, pois, como vimos, a interpretação e a própria categorização de atos como violentos se deve à qualificação moral imposta pelos sujeitos a esses atos, ao que Ochs e Capps (2001) denominam “moral stance”, ou o posicionamento moral do narrador, identificável nas narrativas de experiência pessoal.

As narrativas recolhidas demonstram que os eventos violentos têm uma positividade, ou produtividade (Simmel, 1964, e Rifiotis, 1997,1999): geram posicionamentos, rompem ou alteram relações sociais e familiares, produzem alterações na vida das pessoas, na forma como

se vêm e como encaram a vida, causam doenças psicossomáticas, traumas físicos e psicológicos. Geram o medo, a desconfiança, a evitação, a indignação, a depressão, a tristeza, a dor. Reordenam o cotidiano, criam novas identidades e afinidades. As violências produzem, inclusive, a própria luta contra elas, como vimos nos casos de Vera (esta afirmou que o evento da morte de seu filho a impulsionou ainda mais para a militância “contra a violência”) o que nos permite pensar que das narrativas emergem sujeitos que se ligam à ação, à reação contra as violências.

Através das narrativas dos sujeitos, pode-se perceber as violências vistas como aprendidas pela vivência em um meio sócio-cultural (onde podem ser incluídas as influências tanto dos adultos, como do círculo de amigos, e dos próprios meios de comunicação de massa). São percebidas pelos sujeitos, como fruto de desigualdades sociais, da pobreza, da iniquidade, da guetificação e exclusão de categorias sociais, mas também derivadas do uso e do tráfico de entorpecentes e armas. As drogas e o álcool emergem das narrativas dos sujeitos como “culpadas”, mas também o governo, a corrupção, as polícias e o judiciário ineficientes e ineficazes, a impunidade. Entretanto, ressalte-se que essa estratégia de culpar, de sempre se ter um “bode-expiatório”, seja ele o governo, a droga ou o recém-chegado é correlata do que já discutimos sobre a exterioridade: na verdade, não há um único “culpado”, mas sempre tenta-se imputar a culpa a alguém, mesmo que apenas para inocentar a si ou a seu grupo social.

As narrativas analisadas mostram que, para os sujeitos, os atos violentos são de difícil interpretabilidade, mas existem atitudes e ações que se espera ou que se recomenda que se tenha nestas situações. Há posturas que carregam a marca da honra (por exemplo, no caso de André), nem sempre as mais racionais. Aliás, muitos vêm a falta de racionalidade em atos como os estudados aqui. Sugerem, antes, a força das emoções, o descontrole e a liberação dos desejos causados pelo uso de drogas ou álcool. E essa incompreensibilidade das causas, e dos próprios fenômenos violentos em si, a imponderabilidade, e a imprevisibilidade com que ocorrem geram o medo, o terror, o pânico. Geram insegurança, pois não acredita-se que a chamada “segurança pública” tenha meios de proteger os cidadãos. Porém tal sentimento de insegurança é relativo: pessoas que convivem diariamente com criminosos armados se sentem seguras em Florianópolis, pela relação de confiança estabelecida. Outros, como Vera e Marta, contam terem ficado com muito medo das ameaças que receberam. E vários sujeitos também reconhecem o caráter de cidade dividida de Florianópolis: áreas mais violentas (principalmente os bairros do continente e os morros do centro), e outras que são um verdadeiro paraíso (como as praias do leste e sul da ilha). Reconhecem-se assim múltiplas realidades sociais na cidade, diversificadas vivências e percepções das violências.

Podemos perceber que sujeitos (como André, por exemplo) consideram os eventos violentos pelos quais passaram como derivados de um lapso, de uma falta de comunicação ou entendimento entre as partes, de uma incapacidade de relação. Desta forma, percebemos que os sujeitos vêem incomunicabilidade nos eventos violentos, o que não significa que ela exista. Contrariamente, podemos ver nas narrativas as violências como formas de comunicação, como uma forma de estabelecer relação, o que corresponde à teorização de Maffesolli (1987), para quem as violências têm paralelo com a linguagem. Para Maffesolli, como para Simmel (1964), os conflitos são estruturantes da sociedade. Simmel afirmava que o conflito entre os homens deve ser considerado como uma das formas mais elementares de socialização. Para estes autores, as lutas, os conflitos impulsionam a coesão social: as violências seriam uma recusa à atomização, à separação. É melhor lutar por seu ponto de vista *dentro* de uma relação do que mantê-lo pacificamente *fora* dela.

Lembramos que esta apresentação não teve o objetivo de formar conclusões que pudessem ser apresentadas como generalizações a todas as pessoas que passaram por uma experiência das violências, nem tampouco fornecer, a partir das teorias forjadas pelos entrevistados, uma explicação universal para o comportamento violento. Não teve a intenção de abarcar todas as formas possíveis de atos que as pessoas caracterizam como “violência”, ou mostrar todos os efeitos e atitudes que existem disseminadas através do corpo social em relação a elas. A meta foi apenas aproximar nosso entendimento das formas pelas quais essas pessoas avaliam, conceituam, entendem e refletem sobre essas experiências, tentando demonstrar que tais formas são eminentemente contextuais. Assim, a tentativa foi mostrar algumas formas de percepção social das violências. Espera-se ter contribuído para uma melhor compreensão dos eventos violentos, e da forma pela qual são interpretados por aqueles que os vivem, assim como esclarecer que tipos de mudanças ocorrem em suas vidas devido a tais eventos. Esta pesquisa tentou contribuir para um alargamento do conhecimento que temos de atos violentos e suas conseqüências, pois nem a população, nem os governantes, pesquisadores ou responsáveis pela segurança pública chegaram a um consenso sobre o assunto. Tentou-se suprir a falta de um entendimento vivencial destes fenômenos. Desta forma, procurou-se estender o debate acerca do tema, *contando* as histórias que são construídas sobre elas, *contando* as interpretações dos sujeitos acerca de suas experiências, *contando* os significados vivenciais de eventos violentos para aqueles que os sofreram, *contando* as violências, qualitativamente.

Referências Bibliográficas:

BRUNER, Jerome (1986). Actual minds, possible worlds. Harvard University Press.

- _____ (1990). Acts of meaning. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- CALDEIRA, Teresa (2000). Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, EDUSP, 2000.
- CERTEAU, Michel de. (1984) The practice of everyday life. Berkeley, University of California Press.
- DOUGLAS, Mary. (1976) Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. (2000) Os estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GOFFMAN, Erwin (1959), "The presentation of self in everyday life", New York, Doubleday.
- MAFFESOLI, Michel (1987) Dinâmica da Violência. São Paulo, Editora dos Tribunais.
- OCHS, E. & CAPPS, L. (s.d). Narrating the Self. *Mimeo*.
- _____ (2001) Living Narrative: creating lives in everyday storytelling. Cambridge-London, Harvard University Press.
- RAPPORT, Nigel. 1987. Talking Violence: An anthropological Interpretation of Conversation in the City. St. John, ISER Books.
- RICOEUR, Paul (1994). Tempo e Narrativa. Campinas, Papirus.
- RIFIOTIS, Theiophilos (1997). "Nos campos da violência: diferença e positividade". IN: Antropologia em Primeira Mão, (19), p.1-18.
- _____ (1999). "A Mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso da Favela Naval (Diadema)". Revista São Paulo em Perspectiva, 13(4):28-41.
- _____ (2004). "As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais". Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, 2004.
- RODRIGUES, Tiago Hyra (2006). Contando as Violências: estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis-SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS-UFSC, Florianópolis.
- ROSALDO, Renato (1993) "Narrative Analysis". In: Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis. P. 91-108. Boston, Beacon Press.
- ROSENWALD & OCHBERG (1992). Storied Lives: the cultural politics of self understanding. New Heaven, CT, Yale University Press.
- SIMMEL, Georg. (1964) "The Sociological Nature of Conflict". In: Conflict and The Web of group-affiliations. New York-London, The Free Press.
- _____ (1983). "O estrangeiro". In: MORAES FILHO, Evaristo(org) Georg

Simmel: sociologia. São Paulo, Ática.

TURNER, Victor (1981). "Social Dramas and Stories about Them". In: W.T. Mitchell (org). On Narrative. Chicago, University of Chicago Press, p.137-164.

WIEVIORKA, M. (1997). "O novo paradigma da violência". Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 9 (1): 5-41, maio de 1997.